

IMPACTOS SOCIOESPACIAIS NO RIO DE JANEIRO, A PARTIR DAS POLÍTICAS ENERGÉTICAS ASSOCIADAS AOS ACORDOS BILATERAIS BRASIL / ALEMANHA: O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO NO SUL FLUMINENSE

Aluna: Carolina Marinho da Silva
Orientador: Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução

As drásticas conseqüências ambientais provocadas pela produção de energia (com a eliminação de gases estufa e rejeitos radioativos na atmosfera) trazem à tona, nas últimas décadas, a necessidade de serem estudadas formas menos impactantes de eliminação dos dejetos no meio ambiente. Porém, para que tais formas sejam encontradas e implementadas no Brasil, deve ser entendida, dentre outras dinâmicas, a natureza das relações geopolíticas que levaram o país ao patamar de potência energética, já nos anos de 1970. Dentre os caminhos seguidos, não podem ser desprezadas as relações bilaterais entre Brasil e Alemanha, desde os meados daquela década. Este fato impulsionou a “geopolítica da diversificação energética” do país e, conseqüentemente, a capacitação (ou não) da sociedade brasileira no lidar com os rejeitos associados à produção energética. Dentre as decisões dos acordos bilaterais, a escolha do território fluminense (Angra dos Reis) para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro merece destaque na discussão sobre o processo decisório que levou a antiga República Federal da Alemanha (R.F.A.) e o regime autoritário brasileiro (governo Ernesto Geisel) a alocarem esse parque tecnológico de energia no Sul do estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

Identificar a natureza dos acordos bilaterais entre Brasil-Alemanha nos anos de 1970 e que fatores levaram à escolha do Sul fluminense para o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, com o projeto de Angra 1; em um segundo momento, buscar-se-á analisar as políticas nacionais de diversificação das fontes energéticas brasileiras com o apoio técnico e de tecnologias de ponta de outros países como a Alemanha; um terceiro objetivo relaciona-se à questão socioambiental e da gestão territorial do Sul fluminense com o alavancamento do programa nuclear na região, com as tensões crescentes entre os defensores das políticas energéticas iniciadas há mais de 30 anos (preocupação mercadológica) e os agentes contrários à manutenção dessa linha de investimento em energia nuclear como o IBAMA, Greenpeace e o IPCC.

Justificativa

A partir de 1950, a Alemanha iniciou um processo de expansão econômica como resultado de reconstrução do país no pós-guerra. As relações Brasil e Alemanha (R.F.A.) se fortaleceram no período correspondente à última ditadura militar do país (1964-1985), no governo de Castelo Branco (04/1964 a 03/1967) [1], quando o Estado autoritário era responsável pela jurisdição dos espaços onde não se podia, legalmente, implementar projetos privados. Nesse sentido o Brasil, no clímax da sua ideologia nacionalista, queria se tornar uma potência

mundial se igualando aos países centrais no que diz respeito à implementação de uma tecnologia de ponta. Fatores como Atos Institucionais e uma nova constituição foram impostos garantindo o autoritarismo do Estado brasileiro da época. Como “terceira potencia mundial”, a Alemanha Ocidental podia oferecer o capital e a tecnologia que o Brasil precisava para promover sua transformação econômica. Ernesto Geisel (03/1974 a 03/1979) teve dificuldades econômicas decorrentes da primeira crise mundial do petróleo e os problemas com o modelo de desenvolvimento impuseram uma reordenação das políticas externas que refletiam as dificuldades internas do país. Com o esgotamento de recursos hídricos e vários outros fatores, como a crise do petróleo em 1973, os países passaram a repensar a questão energética, e Brasil e Alemanha privilegiaram a instalação da usina nuclear de Angra 1. Esta começou a funcionar em 1983 com um preço caríssimo do quilowatt gerado (sai três vezes mais caro que uma fonte hidráulica). Mesmo assim, a participação da energia elétrica nuclear na Alemanha é de 31,20% do total e no Brasil é de 1,30% [2]. Angra 1 tem capacidade de atender 50 % da população do Rio de Janeiro, atendendo a 1,7 milhões de habitantes; porém, em 2006, essa fonte era correspondente a apenas 11% do consumo de eletricidade no estado. Licenças ambientais, que permitem a atividade da usina, são autorizadas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e o Ibama, além de licenças da CONAMA e EIA/RIMA que devem respeitar as normas da comissão ambiental internacional. Na era da globalização, os países têm de ser mais pragmáticos respeitando o que em cada território pode ser potencializado; no caso do Sul fluminense, a consolidação desse parque industrial energético coloca em questão se essa base logística, pensada sob uma ótica autoritária e centralizadora, corresponde de fato às potencialidades locais e regionais, num novo momento de gestão do território.

Metodologia

A metodologia de pesquisa será a consulta da vasta bibliografia sobre o sistema energético brasileiro, a geopolítica da Guerra Fria e a geopolítica dos regimes militares, notadamente a perspectiva do “país do futuro”. Essa bibliografia será fichada. Além de tal estratégia, serão focados os impactos do parque industrial brasileiro no Sul fluminense e como esse espaço regional, a partir das políticas públicas municipais, consegue absorver, atualmente, uma estratégia espacial imposta pelos regimes autoritários da década de 1970. Entrevistas diretas com empresários ligados ao sistema Eletrobrás, aos prefeitos regionais e às comunidades envolvidas com tal realidade serão realizados.

Conclusões

O estudo teórico permitiu uma maior compreensão das relações bilaterais entre os dois países e assim sabe-se, preliminarmente, que as políticas públicas interferem no processo de escolhas para um projeto energético de um país, e que atingiram, significativamente, esse importante estado da federação, o Rio de Janeiro.

Referências

- [2] ELETRONUCLEAR TERMOELÉTRICAS S.A. Endereço eletrônico: <[http://www . eletrobras.gov.br](http://www.eletronuclear.gov.br)> . Acesso em 09/07/2007.
- [3] GIDDENS, A. **A Modernização Reflexiva**. São Paulo: Edusp. 1995.
- [1] LOHBAUER, C. **Brasil–Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.